

***Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, no dia 21 de Fevereiro de 2006, sobre a exclusão de São Jorge dos Fundos de Coesão***

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Os jorgenses estão indignados com a recente decisão do Governo Regional em retirar a ilha de São Jorge dos Fundos de Coesão para 2006.

Não é compreensível, nem podemos admitir esta péssima decisão política, que não tem qualquer suporte técnico, nem tão pouco nos foi decentemente explicada.

Passados apenas alguns meses do anúncio público, feito com pompa e circunstância, pelo Governo Regional, das ilhas que iriam integrar este "Fundo", aliás inscrito no Plano e Orçamento com cerca de 9 Milhões de Euros, sem quaisquer razões aceitáveis e compreensíveis pelo bom senso humano, o Governo dá o dito por não dito, e excluí do grupo das ilhas beneficiárias destes fundos, as ilhas de São Jorge e do Corvo, incluindo simultaneamente a Ilha Terceira.

Ou seja, os pressupostos que justificaram a inclusão, por exemplo de São Jorge, neste grupo, são agora completamente banidos dos critérios do Governo, chegando mesmo a ser contrariados, com a inclusão de outra ilha.

No curto espaço de cerca apenas **quatro** meses, mudam-se princípios, mudam-se critérios, mudam-se conceitos importantes, dá-se o dito por não dito, e as ilhas que precisavam de fundos estruturais

extraordinários deixam de precisar e algumas que não precisavam, passam a poder utilizá-los.

É lamentável que isto esteja a acontecer.

Não estamos contra a inclusão de outras ilhas no grupo beneficiário da Sociedade Anónima recentemente designada por “Ilhas de Valor”.

Entendemos mesmo que estes fundos deveriam ser mais abrangentes e, por ventura, alargados a outras parcelas da região.

No entanto, São Jorge não poderia nem deveria ter sido preterido em relação a qualquer uma das outras ilha da região.

Em consciência, todos os senhores membros do Governo têm a obrigação de saber que São Jorge não deveria ficar fora destes fundos, nem por um ano, nem por um minuto.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Aceitamos a inclusão da ilha Terceira. Aceitaríamos, como sempre defendemos, a inclusão da ilha do Pico.

Até porque em relação à ilha do Pico, tudo ficou por explicar.

Relativamente à ilha Terceira constatamos que esta tem vindo a perder peso e importância no contexto sócio-económico regional.

E lamentamos bastante esta situação, pois os laços culturais e económicos que sempre tivemos com esta ilha, foram e continuariam a ser muito importantes para São Jorge.

É por isso, uma grande tristeza para nós, verificarmos o declínio económico com que se depara a ilha Terceira.

Obviamente que não nos cabe a nós, mas sim à população terceirense, avaliar se esta governação está ou não a promover devidamente a ilha Terceira.

Em nossa opinião, não.

Sentimos as consequências da perda de importância com que a Terceira se está a confrontar, o que nos preocupa e entristece.

Mas, como disse, cabe aos terceirenses - e só a eles - avaliar o que está a acontecer na sua terra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

A criação deste programa trouxe-nos grandes expectativas na necessidade de se corrigirem assimetrias verificadas entre as nossas ilhas.

Esta promessa de Carlos César, aquando das últimas eleições, motivou as ilhas, nomeadamente as suas populações, as suas autarquias e os respectivos agentes económicos.

Tratava-se de uma iniciativa que, fazendo justiça, nós próprios já tínhamos proposto, há alguns anos atrás, e que vinha ao encontro de uma necessidade verificada em muitas ilhas e em muitas parcelas da Região.

Infelizmente os senhores demoraram alguns anos a perceber isso.

E quando perceberam, não souberam pôr em prática.

Limitaram-se a anunciar, em contra-ponto a uma proposta do PSD apresentada aquando das últimas eleições, à última da hora, chamando-lhe Fundo de Coesão.

Depois, apresentaram-na na Assembleia Regional, mas com um primeiro sinal de que não sabiam o que estavam a fazer, pois a proposta de legislação apresentada tinha uma característica que comprova isso mesmo, ou seja, era tão abrangente que dava para tudo e mais alguma coisa.

Mesmo assim, demos o benefício da dúvida.

Infelizmente constatamos agora que o governo não conhece os Açores como é a sua obrigação.

Existem ilhas ultra-periféricas, mas existem também zonas ultra-periferias dentro de cada ilha. Mas isso, os senhores preferem ignorar. É mais cómodo...

A Coesão só se atinge implementando políticas específicas a cada região. Nunca através de medidas superficiais, por ventura levianas, com jogos de interesses, com medidas e critérios alterados permanentemente, e sem consistência nenhuma.

Esperávamos, muito sinceramente um pouco mais. Esperávamos, pelo menos, um conjunto de medidas e princípios, devidamente estudados e bem fundamentados. Medidas cirúrgicas em relação a cada parcela do território regional, e direccionadas especificamente para resolver problemas e assimetrias de cada uma das zonas mais periféricas da nossa região.

Constatamos agora que faltou o bom senso a quem decidiu os critérios e a sua aplicação. Faltaram trabalhos e estudos sérios que vos permitissem conhecer as insuficiências de cada parcela da Região, faltou sintonia entre o Governo e os agentes de desenvolvimento de cada ilha,

faltou aquilo a que se chama o “trabalho de casa” que os senhores não quiseram ou não tiveram a coragem de o fazer.

Só tínhamos duas possibilidades: ou os senhores faziam um documento político, onde coubesse tudo; ou tratavam o assunto com a profundidade que os Açores merecem, fazendo esse tal “trabalho de casa”.

Optaram pelo mais fácil, como é vosso apanágio: adoptaram a primeira solução.

Em resumo, os senhores conseguiram com esta decisão, desmascarar aquilo que todos receávamos – a possibilidade, agora confirmada, dos Fundos de Coesão serem um “bluff”.

Parece também agora ser ponto assente de que, com os Governos de Carlos César, o desenvolvimento dos Açores vai sempre ser feito a várias velocidades. Com a diferença de que presentemente, o Governo Regional tem uma nova noção que considero genial sobre o grau de desenvolvimento de cada ilha: A Terceira passa a ter necessidade de fundos de coesão, enquanto o Pico e o Faial têm um nível de desenvolvimento superior, no pelotão da frente, que não precisa destes fundos proporcionados agora pela Sociedade Anónima “Ilhas de Valor”.

Curiosa esta noção, senhores Deputados...

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

O Governo Regional deve reencontrar um rumo para Governar os Açores, com objectivos claros, com princípios antecipadamente discutidos e acordados, com critérios também eles muito bem definidos.



Grupo Parlamentar

Nós, neste parlamento, quer estejamos na oposição ou no partido que apoia o Governo, temos a obrigação de fazer com que o executivo açoriano acate e cumpra o que prometeu. Não aceitamos que o Governo diga ontem uma coisa e no dia seguinte decida outra, completamente diferente. Rejeitamos decisões sem fundamento político e técnico com contornos estranhos e enevoados.

São os interesses dos Jorgenses que nos movem. É a defesa dos nossos interesses que está em causa!

Disse.